

ARTIGOS

A contribuição de Carlos Nelson Coutinho sobre a questão democrática¹

The contribution of Carlos Nelson Coutinho on democratic issue

PAULO RODRIGUES GAJANIGO

RESUMO

Este artigo destaca a contribuição de Carlos Nelson Coutinho sobre a questão democrática no contexto de abertura política no Brasil, em especial expressa no polêmico texto “A democracia como valor universal”. Buscam-se as raízes teóricas da proposição de Coutinho nos autores Antonio Gramsci e Gyorgy Lukács e no debate existente no período entre os comunistas italianos. Ao acionar os dois autores, Coutinho foi capaz de produzir importante síntese teórica, o que se viu forçado a fazer outras vezes em vista da necessidade de dar acesso a importantes teóricos marxistas para os militantes e ao mesmo tempo fornecer direcionamentos para a luta socialista no Brasil. Outro legado de sua obra foi a contribuição para a reflexão acerca da relação entre socialismo e democracia: a obra de Coutinho oferece um caminho para aqueles que pensam a luta de classes como “motor da história” e ao mesmo tempo consideram que uma sociedade socialista é um processo de ampliação da participação popular em suas diversas expressões e grupos de interesse. O artigo também procura demonstrar as fortes conexões do pensamento de Coutinho com desdobramentos da vida política e social brasileira na década de 1980 — organização popular, demandas amplas e de teor democrático.

Palavras-chave: Democracia; Socialismo; Carlos Nelson Coutinho.

ABSTRACT

This paper highlights the contribution of Carlos Nelson Coutinho on the democratic issue in context of political opening in Brazil, in particular, expressed by the controversial paper "Democracy as a universal value." We search the theoretical roots of Coutinho proposition in the authors Antonio Gramsci and Gyorgy Lukacs and in the existing debate between the Italian Communists. Approaching these two authors, Coutinho produced an important theoretical synthesis. He ended up doing so other

¹ Originalmente, este texto foi publicado em espanhol no livro *Gramsci em las orillas*, organizado por Oscar Ariel Cabezas, Buenos Aires: La Cedra, 2015.

times by the need to provide access to important Marxist theoreticians and at the same time offer direction for socialist fight in Brazil. His thoughts also contributed to a reflection about the relation between socialism and democracy, showing a way to people who think class fight as “history motor” and at the same time consider that a socialist society is a process of increasing of popular participation in its several expressions and interest groups. The paper also demonstrates strong the relations between Coutinho’s conceptions and Brazilian social and political life on decade of 1980 — popular organization, broad and democratic demands.

Keywords: Democracy; Socialism; Carlos Nelson Coutinho.

INTRODUÇÃO

Em 1979, Carlos Nelson Coutinho, então militante do Partido Comunista Brasileiro, publicou “A democracia como valor universal”. Celso Frederico avalia que foi, depois de *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Júnior, o texto mais polêmico da esquerda brasileira. Sua recepção foi apaixonada, principalmente, porque Coutinho defendeu uma íntima conexão entre marxismo e democracia.

O regime ditatorial brasileiro, nesse momento, já assumia que a ditadura chegaria ao fim, falava em “abertura lenta, gradual e segura” do regime, a Lei da Anistia, que permitiu a volta dos exilados políticos, estava assinada: um horizonte de redemocratização era vislumbrado². Esse lento descortinar fazia ver uma esquerda fragmentada. Grupos que optaram pela luta armada estavam destroçados; o Partido Comunista buscava reunir-se depois de 10 anos, em seu Congresso de 1977. Apesar de a esquerda ter lutado fortemente para que a ditadura brasileira fosse derrotada, o processo de abertura, inteligentemente dirigido pelo general Golbery, não estava nas mãos da esquerda organizada. Havia, de fato, pressões populares para essa abertura: a luta pela anistia, as greves dos metalúrgicos no maior parque automobilístico do país, a luta contra a carestia, etc.³ Lutas que justificaram a antecipação da abertura por um setor militar e por parte da burguesia brasileira. A esquerda organizada, que se resumia, *grosso modo*, ao PCB, se via em grandes dificuldades de intervenção: vendo uma “redemocratização” dirigida pela própria ditadura e lutas populares em um alto

² Ronaldo Costa Couto, *História indiscreta da ditadura e da abertura* (Rio de Janeiro: Record, 1998), 34.

³ Marcos Napolitano, *Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo* (Curitiba: Editora Juruá, 2002).

nível de espontaneidade, por fora das organizações partidárias (dirigidas por sindicatos não ligados a partidos)⁴.

O artigo de Coutinho foi uma intervenção forte nesse contexto. Percebendo que a ditadura sairia de cena sem uma ruptura dirigida pelos comunistas, e, portanto, sem uma efetivação direta da ditadura para uma ruptura socialista, Coutinho lutou para reposicionar os comunistas, afirmando que a questão democrática não é algo que defendemos quando não temos força para uma ruptura revolucionária⁵, mas uma bandeira autenticamente vermelha.

tentaremos indicar como o vínculo socialismo-democracia é parte integrante do patrimônio categorial do marxismo; e, em segundo, mostraremos como a renovação democrática do conjunto da vida nacional – enquanto elemento indispensável para a criação dos pressupostos do socialismo – não pode ser encarada apenas como objetivo tático imediato, mas aparece como o conteúdo estratégico da etapa atual da revolução brasileira⁶.

A relação dos socialistas para com a democracia não seria só tática. Para além da transição, a democracia seria um valor ao próprio socialismo, pois se constituiria na forma de se lidar com as divergências dentro da sociedade socialista, que não seria unitária *a priori*, mas tenderia à unidade. Coutinho toma aqui a democracia como a “pluralidade de sujeitos políticos, a autonomia dos movimentos de massa (da sociedade civil) em relação ao Estado, a liberdade de organização, a legitimação da hegemonia através da obtenção do consenso majoritário”⁷.

Coutinho viu também que os sujeitos sociais que estavam em luta e que pressionavam pela abertura eram mais amplos do que os imaginados. De fato, houve uma importância central da luta sindical, mas essa luta se deu sem uma direção socialista.

⁴ Fabiano Pereira Silva, *Utopia dividida: crise e extinção do PCB (1979-1992)* (Dissertação. UFRJ, 2005), 58.

⁵ Segundo Coutinho “há correntes e personalidades que revelam ter da democracia uma visão estreita, instrumental, puramente tática; segundo tal visão, a democracia política – embora útil à luta das massas populares por sua organização e em defesa dos seus interesses econômico-corporativos – não seria mais, em última instância e por sua própria natureza, do que uma nova forma de dominação da burguesia, ou, mais concretamente, no caso brasileiro, dos monopólios nacionais e internacionais”. Carlos Nelson Coutinho. “A democracia como valor universal”, em *Encontros com a Civilização Brasileira*, ed. Ênio Silveira (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979), 34.

⁶ Carlos Nelson Coutinho, “A democracia como valor universal”, em *Encontros com a Civilização Brasileira*, ed. Ênio Silveira (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979), 35.

⁷ Carlos Nelson Coutinho, “A democracia como valor universal”, em *Encontros com a Civilização Brasileira*, ed. Ênio Silveira (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979), 36.

A luta pela anistia reunia artistas, intelectuais, estudantes, e organizações profissionais e religiosas. Coutinho acreditou ver aí uma mudança profunda da sociedade brasileira: não uma simples derrota dos socialistas, mas uma alteração da dinâmica política no país. A ditadura teria promovido uma “modernização conservadora” que ampliou e fortaleceu a sociedade civil apesar do regime repressivo.

Embora duramente reprimida, a sociedade civil brasileira – impulsionada indiretamente pelo processo de modernização conservadora e de diferenciação social favorecido pela nossa última “revolução pelo alto” cresceu e se tomou mais complexa nos últimos 15 anos. Multiplicaram-se, sobretudo nos últimos tempos, organismos de democracia direta, sujeitos políticos coletivos (comissões de empresa, associações de moradores, comunidades religiosas de base etc.); e, além disso, ganharam autonomia e representatividade, na medida em que se desligaram praticamente da tutela do Estado, antigos organismos de massa, como alguns dos principais sindicatos do País, ou poderosos aparelhos privados de hegemonia, como a OAB, a CNBB, etc. Isso abre a possibilidade concreta de intensificar a luta pelo aprofundamento da democracia política no sentido de uma democracia organizada de massas, que desloque cada vez mais “para baixo” o eixo das grandes decisões hoje tomadas “pelo alto”.⁸

Essa “astúcia da razão”, ou seja, a consequência não planejada do processo guiado pela alta burguesia brasileira com execução militar foi o fortalecimento de organizações da sociedade civil, sindicatos etc., que se constituíram como fonte de pressão que tornaram a ditadura insustentável.

Os regimes ditatoriais modernizadores e não fascistas – de que são exemplos “clássicos”, entre outros, o Brasil pós-64 e a Espanha franquista em seu segundo período – apresentam uma contradição fundamental: desencadeiam forças que, a médio prazo, não podem mais controlar, ou, em palavras mais precisas, desenvolvem os pressupostos de uma sociedade civil que, progressivamente, escapa à sua tutela⁹.

⁸ Carlos Nelson Coutinho, “A democracia como valor universal”, em *Encontros com a Civilização Brasileira*, ed. Ênio Silveira (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979), 44.

⁹ Carlos Nelson Coutinho, “A democracia como valor universal”, em *Encontros com a Civilização Brasileira*, ed. Ênio Silveira (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979), 50.

Portanto, para Coutinho, o que estávamos vendo não era simplesmente a ausência de uma direção revolucionária, que fazia com que as demandas democráticas fossem um resultado de um cabo de guerra em que a esquerda aceita por não estar tão forte. Mas se tratava do aparecimento mais nítido da nova dinâmica política do país, na qual as demandas democráticas seriam o campo inevitável e privilegiado para desenvolvimento de uma política de esquerda.

Começa a emergir também no Brasil uma esquerda moderna, disseminada em vários partidos e organizações, mas que tem em comum o fato de haver assimilado uma lição essencial de estratégia gramsciana: o objetivo das forças populares é a conquista da hegemonia, no curso de uma difícil e prolongada 'guerra de posições'. Ora, no caso brasileiro, isso significa que a consolidação da democracia pluralista, bem como seu ulterior aprofundamento numa 'democracia de massa', devem ser considerados ponto de partida e, ao mesmo tempo, condição permanente de nosso caminho para um socialismo *democrático*.¹⁰

Coutinho foi uma voz quase solitária¹¹, ou talvez incompreendida. Foi fortemente atacado pela esquerda marxista, que o acusou de reformismo. Foi usado por outros para justificarem o abandono do marxismo, e se engajando numa posição social-democrata. Segundo Netto,

o ensaio provocou *frisson*: enfim, dizia-se, um comunista rende-se aos valores democráticos; na esquerda, também ela heteróclita, armou-se uma polêmica que não se viu livre de equívocos; mas, nela, desde então, a *questão democrática* ficou cravada de forma definitiva e não mais pôde ser eludida – e talvez resida aí o mérito substantivo que se deve atribuir ao texto tornado famoso.¹²

¹⁰ Carlos Nelson Coutinho, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999), 218.

¹¹ Havia um conjunto de militantes do PCB que vinham criticando o uso instrumental da demanda democrática, chamados de “renovadores”. “Na polêmica interna que se tratava na direção exilada do PCB, Carlos Nelson participa ativamente e, no núcleo aglutinado em torno de Armênio Guedes (constituído, entre outros, por seus camaradas e amigos Leandro Konder e Milton Temer), desempenha um protagonismo expressivo na vertente que se reivindicava 'renovadora' do PCB”. José Paulo Netto, “Breve nota sobre um marxista convicto e confesso” em *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, ed. Marcelo Braz (São Paulo: Expressão Popular, 2012), 67. Ver também: Fabiano Pereira Silva, *Utopia dividida: crise e extinção do PCB (1979-1992)* (Dissertação. UFRJ, 2005), 49.

¹² José Paulo Netto, “Breve nota sobre um marxista convicto e confesso” em *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, ed. Marcelo Braz (São Paulo: Expressão Popular, 2012), 71.

Essa voz, no entanto, afirmava não estar sozinha. Reivindica conceitos e análises realizadas por dois respeitáveis comunistas no movimento internacional: Antonio Gramsci e Gyorgy Lukács. Coutinho, portanto, não pensava sua posição como uma ruptura com o marxismo; ao contrário, via como uma atualização política fundada em dois dos autores mais importantes e ortodoxos (no sentido dado pelo jovem Lukács) do marxismo no século XX.

Na luta diretamente política, Coutinho se aliava, naquele momento, à posição presente no Partido Comunista Italiano defendida por Enrico Berlinguer. O que é curioso, nesse caso, é que Coutinho fez coro a uma posição brotada de uma crítica interna ao socialismo soviético – as debilidades democráticas como um problema central da experiência soviética – para intervir num processo em que é a ditadura burguesa que estava em xeque. A ênfase na questão democrática como o balanço para um socialismo pós-Stalin deveria também orientar a posição dos socialistas dentro de regimes ditatoriais burgueses. Essa é a particularidade da intervenção de Coutinho que o deixará quase sozinho, por um tempo. Pois se diferenciava dos que apontavam para uma ligação direta ao socialismo e da posição hegemônica do Partido Comunista Brasileiro à época, de que a luta pela democracia seria uma tática para acúmulo de forças. Havia certo acordo sobre o ajuste democrático necessário na experiência soviética, mas pensar que bandeiras democráticas são autenticamente socialistas num momento de enfrentamento a uma ditadura burguesa, ou de seus resquícios, essa outra volta do parafuso não foi acompanhada por muita gente.

A conexão polêmica, de qualquer forma, obrigou a Coutinho unificar a questão democrática como estratégia de luta pelo poder e como autocorreções de Estados operários. Nesse sentido, viria a mobilizar os dois autores dos quais falamos em busca de uma fundamentação teórica. Em resumo, de Gramsci, Coutinho se apropria das reflexões sobre a tática socialista em países capitalistas de tipo ocidental, que têm uma sociedade civil ampla¹³; quanto a Lukács, Coutinho segue suas reflexões sobre a questão democrática como desafio central nos países socialistas.

A polêmica disparada pelo texto de Coutinho tinha contornos diretamente políticos, como não poderia ser diferente, já que essa foi a principal intenção do autor. A avaliação das consequências imediatas de suas afirmações deixou de lado uma

¹³ Giovanni Semeraro, “Gramsci no Brasil: a contribuição de Carlos Nelson Coutinho” em *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, ed. Marcelo Braz (São Paulo: Expressão Popular, 2012), 107-9.

discussão sobre a forma como Coutinho mobiliza esses conceitos e esses teóricos. Os ajustes que Coutinho fez em seu texto “Democracia e socialismo: questões de princípio”, de 1989¹⁴, ou em entrevistas não desmontam esse quadro teórico; ao contrário, vemos Coutinho tratando de aprofundar a fundamentação conceitual para deixar mais clara sua posição, ao passo que altera o termo-chave para democratização. A meu ver, essa alteração é fruto de uma preocupação com rigorosidade conceitual para evitar uma leitura política equivocada (em particular, aproximando mais ainda sua perspectiva à de Lukács sobre democratização). A impressão que temos é que Coutinho, no calor do debate, se apressou em apontar a vinculação da política marxista com a democracia, mais preocupado em intervir rapidamente, temeroso de que a esquerda se marginalizasse nessa disputa política.

O texto de 1989 aprofunda, portanto, as referências teóricas e permite vislumbrar mais detalhadamente como o autor se apropria das teorias de Gramsci e de Lukács. A distância temporal permitiu um aprofundamento teórico de Coutinho, mas não gerou um debate maior sobre sua proposta. Há, em especial, um aspecto que não recebeu destaque e que exigiu grande esforço intelectual do autor: realizar uma síntese teórica entre Gramsci e Lukács¹⁵. Dois autores que não colaboraram, que escreveram em situações, com interlocutores e conceitos distintos. Esse é outro aspecto da originalidade de Coutinho que só pode ser compreendido se entendermos sua trajetória.

Com 17 anos, Carlos Nelson Coutinho publicou seus primeiros textos numa revista do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia. Em um dos ensaios, já se podia ver, segundo Leandro Konder, “uma assimilação efetiva da perspectiva do pensador húngaro György Lukács e do seu aproveitamento *como um todo* no esforço de pensar a realidade contemporânea *de um ângulo brasileiro*”¹⁶. Coutinho é considerado por muitos o primeiro lukacsiano brasileiro. Até 1974, já havia escrito importantes contribuições à luz da teoria do velho Lukács, como os textos sobre Lima Barreto e Graciliano Ramos, onde se utiliza do conceito de realismo do autor húngaro; e *Estruturalismo e a Miséria da Razão*, uma crítica a essa

¹⁴ Coutinho apresentou esse texto no seminário “PT: um projeto para o Brasil” em 1989 e foi publicado com pequenas alterações no livro *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo* (São Paulo: Cortez Editora, 2000).

¹⁵ Celso Frederico, “Figura de exceção: dois momentos de Carlos Nelson Coutinho” em *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, ed. Marcelo Braz (São Paulo: Expressão Popular, 2012), 97.

¹⁶ Leandro Konder, “Testemunho” em *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, ed. Marcelo Braz (São Paulo: Expressão Popular, 2012), 18.

nova corrente teórica feita a partir das ideias lukacsianas principalmente expressas em *A Destruição da Razão*.

Paralelamente, Coutinho, em conjunto com Luiz Mário Gazzaneo e Noêmio Spínola, foi responsável pela tradução dos primeiros textos de Gramsci no Brasil. Traduziu volumes reunidos por Togliatti intitulados *Concepção dialética da história, Os intelectuais e a organização da cultura, e Literatura e vida nacional*. Mas a influência de Gramsci só se faria mais visível após seu exílio de 1976 a 1978, passado em boa parte na Itália. Foi neste exílio que a questão democrática surgiu com força, embebida nos debates do Partido Comunista Italiano, nas ideias de Palmiro Togliatti, Pietro Ingrao e Romano Ledda¹⁷. “É neste quadro, que certamente a favorecia, que Carlos Nelson retoma a sua interlocução com Gramsci, que vinha desde a segunda metade dos anos 1960. Retoma-a, porém, no nível de uma exegese meticulosa, que seria aprofundada nos 20 anos seguintes”¹⁸.

Neste momento, surge o texto “A democracia como valor universal”, uma resposta diretamente política, inserida no debate internacional, mas vinculada organicamente aos dilemas da situação brasileira. Coutinho, já então um profundo conhecedor das obras de Lukács e Gramsci, desenvolveria e justificaria sua posição a partir de uma séria síntese das ideias desses dois autores. Por essa razão, creio que tal texto é uma porta de entrada privilegiada para pensar pontos de contato entre esses dois grandes teóricos. Aqui não cabe demonstrar se a posição de Coutinho está correta, nem se de fato Gramsci ou Lukács subscreveriam seu texto, mas sim avaliar como Coutinho mobiliza os dois autores e como isso aponta para similaridades, homologias entre os dois marxistas.

A argumentação de Coutinho para demonstrar a autenticidade da questão democrática para a teoria marxista se fundamenta em dois pilares: a democratização como tarefa socialista – o autor ressalta que “a libertação do proletariado, como disse Marx, é obra do próprio proletariado; e deve se fazer mediante a criação de uma democracia de massas que inverta essa tendência à burocratização e à alienação do poder”¹⁹ –; e a democratização como uma questão cada vez mais contemporânea – haveria uma

¹⁷ José Paulo Netto, “Breve nota sobre um marxista convicto e confesso” em *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, ed. Marcelo Braz (São Paulo: Expressão Popular, 2012), 66.

¹⁸ José Paulo Netto, “Breve nota sobre um marxista convicto e confesso” em *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, ed. Marcelo Braz (São Paulo: Expressão Popular, 2012), 66-7.

¹⁹ Carlos Nelson Coutinho, “A democracia como valor universal”, em *Encontros com a Civilização Brasileira*, ed. Ênio Silveira (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979), 40.

tendência efetivada pela “própria reprodução capitalista enquanto fenômeno social global que impõe essa crescente socialização da política, ou seja, a ampliação do número de pessoas e de grupos empenhados politicamente na defesa dos seus interesses específicos”²⁰. Esses dois pilares, a meu ver, são uma interessante porta de entrada para se pensarem as possíveis conexões entre Gramsci e Lukács.

1. A DEMOCRACIA COMO QUESTÃO INTERNA AOS SOCIALISTAS

Há, nas obras desses teóricos, uma preocupação marcante em entender aquilo que Marx e Engels expressaram ao afirmar que é o ser social que determina a consciência. Certo marxismo, muito influenciado pela Segunda Internacional e pelo uso instrumental da teoria para justificar retrocessos do processo revolucionário soviético, considerou essa noção de determinação de forma exclusivamente espacial (normalmente ilustrada pela metáfora arquitetônica de base e superestrutura), redundando em uma crítica mecanicista ao idealismo, ou seja, tratar-se-ia de demonstrar como todas as esferas seriam expressões de uma base identificada como a economia. Essa posição serviu em alguns momentos para justificar recuos políticos e, no caso soviético, a obediência às decisões governamentais. As justificativas se fiavam numa alegada situação da base econômica. Com essa argumentação, a economia, na forma reificada expressa pelos economistas, retomava sua força. Obliterava-se, assim, algo da práxis, ou da “atividade”, que não seria simplesmente um problema econômico.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos.²¹

²⁰ Carlos Nelson Coutinho, “A democracia como valor universal”, em *Encontros com a Civilização Brasileira*, ed. Ênio Silveira (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979), 37.

²¹ Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), 87.

Marx e Engels chamam atenção para a forma, para o modo de produção da vida social que está além de uma totalização econômica. O determinante não seria um conteúdo econômico que será expresso nas formas superestruturais. O modo de vida seria um problema de reprodução da vida social como um todo, já desde o começo. Nesse aspecto, muito mais elucidativo parece ser uma metáfora temporal, ou seja, pensar as relações entre esferas, ambientes, especificidades da vida social a partir de uma noção de fluxo, em detrimento da metáfora, que se tornou vencedora, da base e superestrutura.

Em Lukács e em Gramsci há tentativas de compreender como se daria então essa dinâmica enriquecendo a metáfora arquitetônica (ainda que sem abandoná-la). No caso de Lukács, no período que se considera do “velho Lukács”, e em que ele vai se dedicar a construir largas obras de fundamentação da visão marxista (*Estética e Para uma ontologia do Ser Social*), essa metáfora aparece claramente:

El comportamiento cotidiano del hombre es comienzo y final al mismo tiempo de toda actividad humana. Si nos representamos la cotidianidad como un gran río, puede decirse que de él se desprenden, en formas superiores de recepción y reproducción de la realidad, la ciencia y el arte, se diferencian, se constituyen de acuerdo con sus finalidades específicas, alcanzan su forma pura en esa especificidad – que nace de las necesidades de la vida social – para luego, a consecuencia de sus efectos, de su influencia en la vida de los hombres, desembocan de nuevo en la corriente de la vida cotidiana.²²

O significativo aqui é o deslocamento do foco da economia para o cotidiano. Ao pensar a vida social como fluxo, ganha importância a categoria da mediação, ou seja, a forma de vivência mais do que o seu conteúdo (se é cultural ou econômico, por exemplo). Pois a característica fundamental do cotidiano não é o teor de cada prática (se é econômica, cultural etc.), mas a forma de vivência, ou seja, a vivência marcada pela imediatez²³, rapidez nas respostas, uma mistura de pragmatismo com dogmatismo²⁴.

²² György Lukács, *Estética: la peculiaridad de lo estetico*, tomo I (Barcelona: Grijalbo, 1966), 11.

²³ Para Lukács, quanto mais complexas são as mediações, mais afeito ao imediato ser tornaria o cotidiano. “Sólo una división social del trabajo que está ya muy desarrollada y hace de cada rama de la producción y de sus momentos parciales otras tantas especialidades tajantemente delimitadas impone al hombre medio activo en la vida cotidiana esa imediatez” György Lukács, *Estética: la peculiaridad de lo estetico*, tomo I (Barcelona: Grijalbo, 1966), 45. Os indivíduos em sociedades com complexa divisão do trabalho não teriam muita escolha a

Para Lukács, o cotidiano não poderia ser identificado com a economia. Costumes, tradição são produtos de fixação também desse ambiente e são vividos imediatamente.

Las costumbres, que surgen con posterioridad, son producto del proceso del trabajo, de las diversas formas de convivencia humana, de la escuela etc. Una parte de esos resultados fija meramente costumbres como bases, ya no conscientes, de acción, según formas de reacción que son ya acervo común de la humanidad”.²⁵

Portanto, a partir dessa metáfora, não faria sentido um isolamento pleno entre aspectos culturais de econômicos, já que ambos teriam ação no cotidiano e se encontrariam misturados. Essa separação pura de esferas ocorreria apenas como um processo de suspensão do cotidiano, como ruptura com a vivência imediata, na produção de novas mediações. Esse movimento seria inevitável para a organização da cultura, para a busca de coerência²⁶.

Apesar de Lukács não ter tratado diretamente de política nessas obras, ao reivindicar uma polêmica afirmação de Lenin, trata desse mesmo aspecto da ruptura com o imediato. Lenin, em *O que fazer?*, afirma que a consciência social-democrata (socialista) deveria vir de fora da consciência imediata trade-unionista existente entre os operários russos. Muitos tomaram essa afirmação como demonstração de autoritarismo do partido, que imporá uma consciência aos trabalhadores. Lukács, defendendo a afirmação, indica que, de fato, essa consciência vem de fora, não porque seja imposta, mas porque não está lá imediatamente nas relações vividas. O cotidiano dos trabalhadores seria o da luta corporativa.

A espontaneidade é a reação imediata ao ser e devir econômicos. A mera luta por salários maiores, por redução da jornada de trabalho não abalam essencialmente a relação fundamental entre capitalista e trabalhador; está claro que, por exemplo, a redução da jornada de

não ser aceitar processos sociais como dados, por exemplo, hoje vivemos, em nosso cotidiano, a experiência do complexo processo que determina o fluxo dos trens de uma linha como se fosse tão imediato quanto as forças que fazem a correnteza de um rio.

²⁴ “O característico é que na vida subjetiva da cotidianidade ocorre uma constante oscilação entre decisões fundadas em motivos de natureza instantânea e fugaz e decisões baseadas em fundamentos rígidos, ainda que poucas vezes fixados intelectualmente (tradição, costumes)”. György Lukács, *Estética: la peculiaridad de lo estetico*, tomo I (Barcelona: Grijalbo, 1966), 44.

²⁵ György Lukács, *Estética: la peculiaridad de lo estetico*, tomo I (Barcelona: Grijalbo, 1966), 97.

²⁶ György Lukács, *Estética: la peculiaridad de lo estetico*, tomo I (Barcelona: Grijalbo, 1966), 11.

trabalho de doze para onze horas e meia pode ser uma conquista de fato dos trabalhadores, mas ela raramente atinge de modo decisivo a função da jornada de trabalho como meio do estranhamento. Conforme a terminologia aqui adotada por nós, a consciência que surge disso permanece no nível de uma generidade em si. Quando Lenin passa a contrapor essa espontaneidade (...) a um estado consciente, este significa apreensão pelo pensamento e simultaneamente o combate prático do sistema capitalista enquanto totalidade²⁷.

Há similariedade com o que afirma Gramsci quando trata da ação política de fato, aquela que não busca as adequações possíveis pela ação imediata, portanto, visíveis empiricamente e que só “será de tipo 'defensivo' e não criativo original”.²⁸ Para Gramsci,

O político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva: mas o que é esta realidade efetiva? Será algo estático e imóvel, ou ao contrário, uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio? Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). Portanto, o 'dever ser' é algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política²⁹.

Gramsci define essa política como filosofia em ato. Se olharmos para a forma como Gramsci estabelece a relação entre filosofia e senso comum, essa definição dinâmica torna-se mais clara.

Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E portanto, antes de tudo, como crítica do “senso comum” (e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que “todos” são filósofos e que não se trata de introduzir *ex novo* uma

²⁷ György Lukács, *Para uma ontologia do ser social*, 2 (São Paulo: Boitempo Editorial, 2013), 625.

²⁸ Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, 3, (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000), 16.

²⁹ Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, 3, (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000), 35.

ciência na vida individual de 'todos', mas de inovar e tornar 'crítica' uma atividade já existente)³⁰.

São inúmeras as vezes que encontraremos em Gramsci frases desse tipo: superar o senso comum a partir do que já há nele mesmo. Frases incompreensíveis para a apreensão positivista, empiricista. A visão não dialética desse processo leva a um dilema: ou se aceita o senso comum tal como é — e, dessa forma, toda política autenticamente popular ou operária está dentro do horizonte do senso comum — ou se considera que para fugir do conservadorismo deste senso comum é preciso que algo externo, preparado em outro ambiente, direcione-os politicamente. Ou seja, ou se adota uma posição populista (no sentido de adaptação ao senso comum) ou aristocrática (um poder exercido por uma elite sábia que age externamente ao povo).

A alternativa de Gramsci é uma terceira. A superação do senso comum não é uma negação absoluta do próprio senso comum, e o elemento inovador não é totalmente estranho a esse senso comum. Gramsci, nos *Cadernos*, faz uma imagem que ajuda a sair dessa falsa dicotomia:

O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta ação, que, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, inclusive, que a sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma, implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica.³¹

O modelo de duas consciências teóricas parece uma resposta. A transformação de senso comum em bom senso se daria na articulação dessa consciência teórico-prática, que só pode haver se essa consciência existir e tiver espaço de expressão. Quando trata dos intelectuais orgânicos, Gramsci, da mesma forma, afirma que estes

³⁰ Antonio Gramsci, *Concepção dialética da história*, (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981), 18.

³¹ Antonio Gramsci, *Concepção dialética da história*, (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981), 20.

especializam “aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz”.³²

A diferença entre senso comum e bom senso seria também um problema de ambiente. Ou seja, no meio imediatista, cotidiano, pragmático, as visões de mundo se encontram fragmentadas e misturadas. O trabalho do intelectual orgânico é homogeneizar essa visão, afastá-la das demandas imediatistas. O estranho ao positivismo é a percepção de que esse afastamento não é a perda da identidade da visão dos subalternos, mas um trabalho para dar consistência e evidência. A relação então que se estabelece entre esses dois momentos (senso comum e bom senso) é uma relação temporal. O bom senso é um trabalho sobre o senso comum, é uma decantação. De forma que a questão democrática surge aqui como busca de garantia de livre fluxo.

A política socialista só existiria alimentada por uma consciência que vem da prática. É por isso que Coutinho relembra a afirmação de Marx sobre o socialismo como autogoverno dos produtores associados³³, para destacar o elemento prático do socialismo.

a hegemonia dos trabalhadores não pode (e não deve) se fazer por intermédio de uma nova burocracia que governe “de cima para baixo”; a libertação do proletariado, como disse Marx, é obra do próprio proletariado; e deve se fazer mediante a criação de uma democracia de massas que inverta essa tendência à burocratização e à alienação do poder.³⁴

Lukács, em seu conhecido texto, talvez seu texto político mais consistente, afirma que

[o] órgão [da] autoeducação do homem (na perspectiva histórico-universal, ou seja, da autoeducação para ser efetivamente homem no sentido de Marx) é a democracia socialista. (...) O fato de que o educador – ou seja, o estrato social dirigente da revolução socialista – deva ser ele mesmo educado entra em choque com todo utopismo, com a ideia de que o desenvolvimento da humanidade possa ser ignorado em nome da visão idealizada, supostamente superior, de um

³² Antonio Gramsci, *Os intelectuais e a organização da cultura*, (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995), 4.

³³ Carlos Nelson Coutinho. “A democracia como valor universal”, em *Encontros com a Civilização Brasileira*, ed. Ênio Silveira (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979), 39.

³⁴ Carlos Nelson Coutinho. “A democracia como valor universal”, em *Encontros com a Civilização Brasileira*, ed. Ênio Silveira (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979), 40.

estado perfeito onde todos os problemas seriam eliminados.³⁵

Aqui fica evidente que Lukács privilegia a questão do fluxo de baixo para cima não como um princípio abstrato, mas fundamentado na ideia de o socialismo ser uma produção consciente não de uma elite referenciada em si mesmo, mas de um processo de amadurecimento fruto de um fluxo aberto entre o estrato dirigente e a classe. Destaca a posição de Lenin, que teria compreendido que a política socialista deve respeitar esse fluxo, e não agir de fora, burocraticamente.

Para ele [Lenin], o socialismo era uma comunidade social, uma comunidade socialmente consciente (conscientemente criada) de todos os trabalhadores, com o objetivo de elevar, através do próprio trabalho, das próprias experiências, sua existência material e espiritual ao nível de uma ação em comum dotada de sentido³⁶.

Portanto, o elemento democrático seria essencial por permitir essa consciência.

2. A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NO CAPITALISMO

Coutinho se apoia nesses autores não apenas para afirmar a conexão necessária entre o socialismo e um funcionamento democrático entre os trabalhadores. Argumenta que na própria sociedade capitalista a questão democrática torna-se cada vez mais insistente. Ou seja, não apenas como um problema interno do socialismo, mas um problema candente no capitalismo, uma tarefa dos socialistas e para os socialistas. Tanto em Gramsci quanto em Lukács, Coutinho encontra análises que apontam para essa progressiva importância da questão democrática.

Em Gramsci, essa questão está ligada à centralidade, no capitalismo, da hegemonia. Ou seja, à ampliação da tática do convencimento em relação à da coerção para a reprodução do sistema. O autor italiano não desenvolve claramente uma teoria evolutiva das sociedades capitalistas. Coutinho, no entanto, identifica o desenho de uma tendência para a complexificação e ampliação da sociedade civil com o

³⁵ György Lukács, “O processo de democratização”, em *Socialismo e Democracia* (Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008), 111-2.

³⁶ György Lukács, “O processo de democratização”, em *Socialismo e Democracia* (Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008), 114.

desenvolvimento capitalista a partir da dicotomia entre sociedade de tipo oriental e de tipo ocidental. Para Gramsci, era significativa essa dicotomia para a definição da tática socialista. Nas sociedades de tipo ocidental, a luta política envolveria uma maior esforço na “guerra de posição”. Inversamente, na de tipo oriental, dominaria a “guerra de movimento”.

A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra etc.³⁷

O uso do termo “antes” fortalece a ideia de uma tendência à ocidentalização das sociedades capitalistas. Coutinho assim exerga. Vê, ao pensar o caso do Brasil, esse processo: uma sociedade que transita de tipo, fazendo-se cada vez mais próximo do subtipo, definido por Gramsci, de ocidental periférico.³⁸ Para pensar essa tendência, Coutinho recorre ao último Lukács, em especial, ao já citado *O Processo de Democratização*.

Nesse texto de 1968, Lukács alia as ideias que estarão plenamente desenvolvidas na *Ontologia do Ser Social* com uma intervenção diretamente política. Lukács buscava identificar e se distanciar do método stalinista, apontando para o que deveria ser o verdadeiro método: a democracia socialista. Fundamenta seu argumento reivindicando uma conexão entre democratização e socialização da sociedade. A democratização seria um processo derivado dessa socialização e, por isso, tendencial. O capitalismo teria levado ao extremo a socialização da sociedade, ou seja, teria expandido as mediações sociais em todas as esferas da vida.

Antes de tudo, o trabalho vai se assentando com um campo próprio de mediações entre homem e satisfação de necessidades, entre homens trabalhadores e entorno natural. Também nesse momento o homem é confrontado com perguntas que o desafiam a dar respostas na forma de práxis, mas quem faz as perguntas é cada vez menos a natureza

³⁷ Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, 3, (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000), 25.

³⁸ Carlos Nelson Coutinho, “Gramsci e o Sul do mundo: entre o 'Oriente' e o 'Ocidente” em *Intervenções: o marxismo na batalha das idéias* (São Paulo: Cortez, 2006), 62-3.

imediatamente em si mesma, mas, muito antes, o metabolismo cada vez mais disseminado e aprofundado na sociedade com a natureza.³⁹

Lukács sustenta que, com o avanço das mediações, a reprodução humana cada vez menos se dá numa relação imediata com a natureza; a reprodução dependerá de uma práxis que sirva como resposta a perguntas que já sejam fruto de um intenso intercâmbio entre sociedade e natureza.

Na realidade, as alternativas são postas concretamente pelo metabolismo da sociedade com a natureza. O homem precisa reagir a elas, sob pena de ruína, com decisões alternativas, com novos pores teleológicos. Na sua execução prática, são liberadas e atualizadas neles possibilidades (...). Ora, ao serem enquadradas na reprodução social dos homens, de forma socialmente fixada, as alternativas postas e respondidas corretamente – corretamente no sentido do que corresponde às “exigências do dia” – são postas como partes integrantes do fluxo contínuo da reprodução do homem singular e da sociedade, consolidando-se, ao mesmo tempo, como crescimento da capacidade de vida da sociedade em seu todo e como difusão e aprofundamento das capacidades individuais do homem singular.⁴⁰

O capitalismo contemporâneo seria o ápice da socialização da sociedade por significar o entranhamento das mediações sociais em todas as esferas da vida – a partir da mercantilização do conjunto da vida social. No entanto, a forma como essas mediações se efetivam impede que se realize uma real democratização. Seguindo Marx, Lukács afirma que a forma mercadoria inverte a relação sujeito-objeto, de maneira que a mediação social, que deveria ampliar o campo da escolha, acaba por efetivar a alienação, a produção de um sistema alheio às vontades. A socialização da sociedade aparece então como processo concreto no capitalismo, mas sem a socialização dos meios de governo da vida social.

No capitalismo, estamos diante de uma sociedade verdadeiramente socializada; trata-se de uma realização da genericidade humana em si, mas que ocorre numa sociedade que só pode ser posta em movimento por contradições insuperáveis, numa sociedade na qual o homem, por motivos econômicos necessários, não pode elevar-se, em sua

³⁹ György Lukács, *Para uma ontologia do ser social*, 2 (São Paulo: Boitempo Editorial, 2013), 304.

⁴⁰ György Lukács, *Para uma ontologia do ser social*, 2 (São Paulo: Boitempo Editorial, 2013), 206.

dimensão social, à verdadeira genericidade, ao verdadeiro ser-homem.⁴¹

Essa contradição entre potência e efetivação marcará os limites da democracia burguesa, centrada na sociedade civil (não na acepção gramsciana, mas no sentido dado por Marx).

Nesse aspecto, pensando em democratização, é possível ver um potencial cada vez mais realizável da democracia. A consequência disso é que o socialismo, como avanço sobre a humanização do homem, é sim um aprofundamento da democratização. No entanto, aprofunda por se opor à democracia burguesa, que seria uma forma ideal de expressão do individualismo da sociedade civil. A democracia socialista deveria, então, “penetrar realmente na inteira vida material de todos os homens, desde a cotidianidade até as questões decisivas da sociedade; é dar expressão à sua sociabilidade enquanto produto da atividade pessoal de todos os homens”⁴². Lukács, portanto, permite que se diga que os elementos para democratização estão em si na vida social capitalista, ainda que sua efetivação seja a negação da forma ideológica burguesa. Nesse sentido, não haveria uma fronteira espessa entre a democratização como luta nos marcos do capitalismo e a luta socialista. E as forças sociais da democratização se confundiriam com as forças sociais da luta socialista. Coutinho concorda e avança:

a conquista de um regime de democracia política não é uma etapa no caminho do socialismo a ser posteriormente abandonada em favor de tipos de dominação formalmente não-democráticos. É, antes, a criação de uma base, de um patamar mínimo que deve certamente ser aprofundado (tanto em sentido econômico-social quanto em sentido político), mas também conservado ao longo de todo o processo.⁴³

⁴¹ György Lukács, “O processo de democratização”, em *Socialismo e Democracia* (Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008), 98.

⁴² György Lukács, “O processo de democratização”, em *Socialismo e Democracia* (Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008), 117.

⁴³ Carlos Nelson Coutinho. “A democracia como valor universal”, em *Encontros com a Civilização Brasileira*, ed. Ênio Silveira (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979), 43.

A síntese de Coutinho conecta esse processo identificado por Lukács como socialização da sociedade com a ampliação do elemento de convencimento nas sociedades capitalistas caracterizada por Gramsci. Tal síntese está bem clara no texto revisitado de 1989: “As múltiplas objetivações que formam a democracia moderna surgem como respostas, dadas em determinado nível concreto do processo de socialização do trabalho, ao desenvolvimento correspondente dos carecimentos de socialização da participação política”⁴⁴. Coloca-se a teoria de Gramsci sobre hegemonia como derivada da teoria lukacsiana da socialização da sociedade.

Com a socialização da política, essa situação se altera: surge uma complexa rede de organizações coletivas, de sujeitos políticos de novo tipo, com um papel mais ou menos decisivo na correlação de forças que determina os equilíbrios de poder. Com isso, a esfera da política se amplia para além do âmbito do Estado em sentido estrito, ou seja, das burocracias ligadas aos aparelhos executivos e repressivos. Ao lado do Estado-coerção, surge o que Gramsci chamou de “sociedade civil”, formada pelo conjunto dos sujeitos políticos coletivos, ou, na terminologia do pensador italiano, pelos “aparelhos privados de hegemonia”.⁴⁵

A articulação de Coutinho, portanto, considera que há um ponto de contato entre as ideias desses dois autores. Especificamente, para conectá-los, o autor destaca em Lukács as consequências políticas de sua ontologia. E em Gramsci, interpreta uma ontologia da ampliação dos mecanismos de convencimento (hegemonia). Esses aspectos, levantados por Coutinho, apontam caminhos ainda pouco explorados. Por exemplo, cabe ver se em Gramsci há uma ontologia da democratização, ou seja, se a ampliação do Estado está ligada a uma socialização do trabalho, se é nesse movimento que há a impulsão para representações políticas.

3. O DESAFIO DE COUTINHO: SÍNTESES E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA HOJE

⁴⁴ Carlos Nelson Coutinho. “Democracia e socialismo: questões de princípio”, em *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo* (São Paulo: Cortez Editora, 2000), 23.

⁴⁵ Carlos Nelson Coutinho. “Democracia e socialismo: questões de princípio”, em *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo* (São Paulo: Cortez Editora, 2000), 27-8.

Investigar essas possíveis conexões é mais fácil hoje. A disponibilidade das obras desses autores e a constituição de diversas redes acadêmicas permitem que um trabalho de comparação entre autores marxistas seja feito em outro patamar. A obra de Coutinho é exceção e sintoma de uma difícil época para esse trabalho. Coutinho foi um caso raro de um divulgador, por meio da tradução dos textos de Lukács e Gramsci, um intérprete desses autores e um pensador da realidade brasileira.

O estilo de Coutinho é o de um produtor de sínteses. O divulgador e o formulador estão em íntima conexão. Pode-se crer que o fato de se localizar à margem do debate marxista europeu tenha permitido essa característica. A necessidade de dar acesso a importantes teóricos marxistas para os militantes e ao mesmo tempo fornecer direcionamentos para a luta socialista no Brasil parece ter pressionado Coutinho a fazer constantes sínteses teóricas. A distância do centro pode ter possibilitado também uma liberdade teórica, em colocar autores para dialogar e, assim, conectá-los enfraquecendo as barreiras erigidas no momento da produção desses teóricos — barreiras políticas ou léxicas, pois os isolamentos recorrentes dos marxistas no século XX, seja pela perseguição nazista, seja pelo banimento soviético, dificultaram a construção de um léxico comum. Investigar o quanto se disse algo parecido com conceitos diferentes é um passo importante para a renovação do marxismo. Apesar das redes acadêmicas e da maior disponibilidade das obras, trabalhos comparativos nesse sentido e de síntese ainda são poucos. A leitura de Coutinho parece proveitosa para essa tarefa.

O outro legado da obra de Coutinho, me parece, é sua contribuição sobre a relação entre socialismo e democracia. Essa foi sua preocupação política central no debate brasileiro. Coutinho apostou numa luta socialista na qual as demandas por socialização do poder estivessem no centro. Boa parte da teoria política hoje tem trabalhado com a categoria de reconhecimento, sedimentada por Axel Honneth, para compreender as reivindicações dos movimentos sociais contemporâneos. Desconectada da categoria de luta de classes, a luta por reconhecimento tem como horizonte uma sociedade capitalista multicultural. A obra de Coutinho, no entanto, oferece um caminho para aqueles que pensam a luta de classes como “motor da história” e ao mesmo tempo consideram que uma sociedade socialista é um processo de ampliação da participação popular em suas diversas expressões e grupos de interesse.

Escrito em 1979, antes da formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o texto basilar de Coutinho se mostrou em forte conexão com o que se viu no Brasil na década de 1980: uma explosão de organizações e lutas populares, com demandas amplas e de teor democrático. A derrota de boa parte dessas demandas durante os anos 1990 pode revelar que Coutinho não deu atenção devida ao outro aspecto da ampliação do Estado: a sofisticação e intensificação dos mecanismos de dominação. Virgínia Fontes, ao tratar do legado do autor, aponta que a democracia abstrata burguesa é, além do resultado da resistência da classe trabalhadora, uma forma manipulatória da política conservadora, de maneira que, cada vez mais, é preciso energia para enfrentar a ordem e conseguir novas conquistas para os trabalhadores⁴⁶. De fato, vimos no Brasil uma redemocratização que, com o passar do tempo, acomodou a complexa rede de organizações da sociedade civil e potencializou o desenvolvimento capitalista (com seu padrão de acumulação). No entanto, como Virgínia Fontes também considera, a questão democrática não saiu de pauta dos movimentos sociais.

Um ano após o falecimento de Coutinho, o Brasil viu o maior movimento político desde a campanha por eleições diretas em 1984. Um fenômeno recente que ainda é muito arredo para caracterizações mais finas. No entanto, é inegável a importância da questão democrática para essa mobilização. Do direito de ir e vir (do uso do transporte público), que foi o estopim dos protestos, à rebelião contra os abusos policiais, que foi um fator para sua ampliação, o movimento de junho de 2013 colocou em pauta questões democráticas em um momento que muitos consideravam ser o mais democrático desde a ditadura. A ênfase que Coutinho deu ao substituir democracia por democratização, para diferenciar o processo de democratização de uma ideia de democracia burocratizada, e seu argumento de que “o processo de ampliação de democracia implica choques permanentes com a lógica privatista do capital”⁴⁷ podem ser bons pontos de partida para a compreensão desse movimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

⁴⁶ Virgínia Fontes. “Carlos Nelson Coutinho: intérprete do Brasil” em *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, ed. Marcelo Braz (São Paulo: Expressão Popular, 2012), 202.

⁴⁷ Carlos Nelson Coutinho, “Democracia: um conceito em disputa” em *Intervenções: o marxismo na batalha das idéias* (São Paulo: Cortez, 2006), 22.

- COUTINHO, Carlos Nelson. (1979). “A democracia como valor universal”, em *Encontros com a Civilização Brasileira*, editado por Ênio Silveira, 33-47. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- COUTINHO, Carlos Nelson. (1999). *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- COUTINHO, Carlos Nelson. (2000). “Democracia e socialismo: questões de princípio”, em *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 17-48. São Paulo: Cortez Editora.
- COUTINHO, Carlos Nelson. (2006). “Democracia: um conceito em disputa” em *Intervenções: o marxismo na batalha das idéias*. 13-28. São Paulo: Cortez.
- COUTINHO, Carlos Nelson. (2006). “Gramsci e o Sul do mundo: entre o 'Oriente' e o 'Ocidente” em *Intervenções: o marxismo na batalha das idéias*. 57-66. São Paulo: Cortez.
- COUTO, Ronaldo Costa. (1998). *História indiscreta da ditadura e da abertura*. Rio de Janeiro: Record.
- FONTES, Virgínia. (2012). “Carlos Nelson Coutinho: intérprete do Brasil” em *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, editado por Marcelo Braz, 175-204. São Paulo: Expressão Popular.
- FREDERICO, Celso. (2012). “'Figura de exceção': dois momentos de Carlos Nelson Coutinho” em *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, editado por Marcelo Braz, 85-98. São Paulo: Expressão Popular.
- GRAMSCI, Antonio. (1981). *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio. (1995). *Os Intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio. (2000). *Cadernos do cárcere*, 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- KONDER, Leandro. (2012). “Testemunho” em *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, editado por Marcelo Braz, 17-26. São Paulo: Expressão Popular.
- LUKÁCS, György. (1966). *Estética: la peculiaridad de lo estetico*, tomo I. Barcelona: Grijalbo.
- LUKÁCS, György. (2008). “O processo de democratização”, em *Socialismo e Democracia*. 83-206. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- LUKÁCS, György. (2013). *Para uma ontologia do ser social*, 2. São Paulo: Boitempo Editorial.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial.

NAPOLITANO, Marcos. (2002). *Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo*. Curitiba: Editora Juruá.

NETTO, José Paulo. (2012). “Breve nota sobre um marxista convicto e confesso” em *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, editado por Marcelo Braz, 51-84. São Paulo: Expressão Popular.

SEMERARO, Giovanni. (2012). “Gramsci no Brasil: a contribuição de Carlos Nelson Coutinho” em *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, editado por Marcelo Braz, 99-120. São Paulo: Expressão Popular.

SILVA, Fabiano Pereira. (2005). *Utopia dividida: crise e extinção do PCB (1979-1992)*. Dissertação, UFRJ.

Paulo Rodrigues Gajanigo

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor adjunto de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF)